

### 3

## Mente e significado – a avaliação filosófica de Márcia Cavell da teoria psicanalítica

O trabalho de Marcia Cavell veio à luz de forma mais sistematizada, em seu livro: *The Psychoanalytic Mind, from Freud to Philosophy* (Cavell, 1993). Este é fruto de uma pesquisa que vinha realizando há mais de dez anos, a partir inicialmente da proposta: “uma criança se torna um ‘sujeito’ ou um ‘self’ somente através de relações com outras pessoas” (Cavell, 1993:IX). Como a autora nos conta, esta era mais uma “posição” do que um “argumento”. Por sinal uma posição já familiar aos psicanalistas na medida em que seria um dos postulados do que ficou conhecido como “teoria de relações de objeto”<sup>41</sup>. Chamava a atenção de Cavell que tal noção era muito compatível com sua orientação filosófica, abrindo caminho para uma compreensão mais abrangente da psicanálise do que as tradicionais abordagens filosóficas a respeito. Restava-lhe, contudo, fundamentar sua hipótese. Naquela ocasião teve contato com a obra de Richard Rorty: *Philosophy and the Mirror of Nature*,<sup>42</sup> o que a levou ao estudo de Donald Davidson e a uma releitura de Wittgenstein. Declara ter se dado conta de que necessitava articular a discussão da linguagem com a da mente, uma vez que para aqueles três autores tais noções seriam interdependentes e “... assim como a linguagem é uma atividade comunitária, da mesma forma a mente é um fenômeno mais interpessoal do que estamos propensos a pensar” (Cavell, 1993: IX). Esta passou então a ser sua tese básica para o desenvolvimento ulterior da pesquisa.

---

<sup>41</sup> A *Teoria de Relações de Objeto* foi inicialmente formulada na Inglaterra, por Fairbairn e Melanie Klein, com características diferentes, assim como apresenta certas variações quando adotada por outras correntes psicanalíticas. Contudo, em linhas gerais, tal teoria privilegia para a compreensão psicanalítica dos conflitos mentais, as relações inconscientes que o paciente mantém com suas figuras internas significativas (seus *objetos*)– mãe, pai, irmãos, ou com *objetos parciais*: seio, pênis, mãe-boa (gratificadora), mãe-má (frustradora), etc. – que constituiriam o *mundo interno* do paciente. As correntes que utilizam, fundamentalmente, as relações de objeto para a compreensão clínica e mesmo para o entendimento da estruturação mental, dão relevo às últimas formulações de Freud, em que divide o psiquismo em: ego, id e super-ego. Acrescentaríamos que os *objetos internos* teriam também um papel constitutivo na organização do *sujeito*. Este se estruturaria, segundo tal concepção, a partir de seus *objetos*.

<sup>42</sup> Traduzido para o português: A Filosofia e o espelho da natureza, R. Rorty. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Como vemos, o trabalho de Cavell tem duas fontes: do ponto de vista psicanalítico, a “teoria de relações de objeto”; do filosófico, a moderna filosofia da linguagem, principalmente, as contribuições de Donald Davidson e Ludwig Wittgenstein.

No presente texto, procuraremos apenas apresentar a metodologia, argumentos e algumas implicações do empreendimento de Cavell, evitando uma discussão mais detalhada de sua leitura, quer dos filósofos citados, quer da teoria psicanalítica, deixando para outro momento um exame crítico do texto de Cavell. Entretanto, na última seção deste capítulo, adiantaremos algumas observações a respeito, sugerindo o que entendemos poderiam ser desdobramentos férteis da avaliação de Cavell. Adiantamos nossa concordância com o enfoque adotado que consideramos dos mais promissores para o exame filosófico da teoria psicanalítica, devido à ênfase que empresta à intersubjetividade na compreensão da teoria e prática da psicanálise.

Como utilizaremos fundamentalmente o texto de Cavell, as indicações de páginas, nas citações sem indicação de autor, referem-se sempre a *The Psychoanalytic Mind – From Freud to Philosophy*.

### 3.1

#### Fundamentos da avaliação de Cavell

A autora parte da suposição de que “a psicanálise é essencialmente uma teoria acerca de criaturas que têm mentes.”(p.1) Portanto, a noção de *mente* ocupa um lugar privilegiado para qualquer discussão da teoria psicanalítica. Sua abordagem desta questão será simultânea à da noção de *significado*. Chama a atenção para o parentesco de tais conceitos, assim como a forma com que foram tratados, tanto pela tradição filosófica como pela psicanalítica. Freud tendeu, preocupado com a cientificidade da psicanálise, a reduzir a mente a algo fundamentalmente biológico; ao passo que muitos dos seus seguidores partiram em direção oposta no sentido de uma compreensão hermenêutica. Por outro lado, a tradição filosófica, desde Descartes, priorizou a concepção de mente sobre a de significado. É a partir da discussão dos

impasses que tal postura acarreta que a autora vai preparar terreno para a apresentação de sua perspectiva.

A posição cartesiana encontra um forte suporte intuitivo, uma vez que estabelece uma autoridade para o ponto de vista da primeira pessoa, capaz de assegurar que o conhecimento obtido pela introspecção seria auto-evidente. A literatura designa como *internalista*, tal concepção. A crítica ao *internalismo* e suas implicações no entendimento da teoria psicanalítica acompanhará todo o texto de Cavell.

Antes de apresentar sua crítica à autoridade da primeira pessoa, expõe ao leitor o papel crucial que desempenham as noções de *crenças* e *desejos* nas descrições lingüísticas de atos intencionais, como bases de ações. A importância para a teoria psicanalítica é exemplificada pelas diferentes descrições: “Édipo *acredita que* matou um ancião na encruzilhada para Tebas” e “Édipo *acredita que* matou seu pai na encruzilhada para Tebas.” Ambas as descrições falam do mesmo evento, embora tenham *significados* muito diversos. Com este exemplo paradigmático dos eventos mentais, Cavell introduz a discussão dos fundamentos epistemológicos de nossas *crenças* e *desejos*. Qual a natureza do conhecimento que possuímos acerca de nossas *crenças* e *desejos*? Agrupa as diversas respostas a tal questionamento em duas grandes linhas: o *ponto de vista da primeira pessoa* e a *perspectiva do intérprete*.

O PONTO DE VISTA DA PRIMEIRA PESSOA – Embora atribua a Descartes o papel de principal representante da autoridade da primeira pessoa como fonte de conhecimento irrecusável, estende a uma vasta gama de filósofos a mesma perspectiva na investigação do mental. Entre eles cita: Locke, Berkeley, Hume, Kant, Russell e, entre os contemporâneos: John Searle e Thomas Nagel. Na medida em que se trata de uma ampla generalização, a autora não examina as peculiaridades de cada autor ao tratar do tema. Desta forma, vai tomar Descartes como modelo – a ser criticado – de uma determinada forma de apreensão de conteúdos mentais. Recordando as duas primeiras meditações cartesianas sublinha o aspecto auto-evidente dos dados obtidos pela introspecção, em contraposição à possibilidade de por em dúvida todas as crenças provenientes da experiência:

Observem que as dúvidas de Descartes acerca da existência das coisas que suas idéias *parecem* representar de forma alguma ameaçam – assim ele pensa – sua habilidade para representar, nem para conhecer o que suas idéias representam. Assim, Descartes deve implicitamente manter que o caráter Intencional de um pensamento é interno a ele, que o conteúdo mental em nada depende de algo externo à mente que o entretém. ... Esta é a suposição que Putnam ... chama ‘solipsismo metodológico’, segundo a qual ‘nenhum estado psicológico ... pressupõe a existência de qualquer outro indivíduo além do sujeito a quem este estado é atribuído’ (p.12).

A denominação de *internalista* para esta concepção prende-se ao fato de que embora suponha que uma interação entre o cérebro e o mundo exterior possa determinar que crenças temos, seu conteúdo é determinado por fatos internos ao corpo. “Um estado mental é alguma espécie de estrutura – talvez uma estrutura sintática, uma inscrição em uma ‘linguagem de pensamento’ (Fodor), um quadro, ou uma representação – no cérebro.” (p.12) Os conteúdos dos pensamentos prescindiriam de uma avaliação no mundo exterior, ou do questionamento de outros, mas seriam alcançados pelo ato de introspecção. Resumindo as principais conseqüências do internalismo, Cavell lista:

- O ceticismo sobre o mundo exterior.
- O “solipsismo metodológico”.
- A suposição de que nossa mente nos é transparente, enquanto a de outros nos é opaca.
- A equação: uma mente, um corpo.

Apesar da rejeição de Freud a certas noções cartesianas – como a separação mente/corpo e o acesso imediato aos conteúdos da consciência por introspecção - a autora lembra duas citações de Freud, de dois distantes períodos de sua obra, que bem ilustram a influência do pensamento cartesiano:

A consciência nos faz cientes somente de nossos próprios estados mentais; que outras pessoas também possuam uma consciência é uma inferência que tiramos por analogia de seus pronunciamentos observáveis e ações, a fim de tornar este comportamento inteligível para nós ... a suposição de uma consciência neles [nossos semelhantes] repousa numa inferência e não pode partilhar a certeza imediata que temos de nossa própria consciência.” (Freud, 1915:169)

A outra citação, de 23 anos depois, diz:

Em nossa ciência como em outras o problema é o mesmo: atrás dos atributos (qualidades) do objeto sob exame que são apresentados diretamente à percepção, temos que descobrir algo mais que é mais independente da particular capacidade receptiva de nossos órgãos sensoriais e que se aproxima mais daquilo que pode ser suposto ser o real estado de coisas. Não esperamos

ser capazes de alcançar o último, desde que é evidente que cada coisa nova que nós inferimos deve contudo ser traduzida na linguagem de nossas percepções, da qual é simplesmente impossível libertar-nos (Freud, 1940<sup>a</sup> [1938],196).

Cavell sintetiza suas críticas à abordagem através da primeira pessoa, em três pontos: a natureza global do ceticismo acarretado,<sup>43</sup> a dificuldade em dar conta do “êxito” da linguagem e, finalmente, a dificuldade em explicar crenças e desejos inconscientes. Um sumário de suas críticas ao internalismo está na seguinte passagem:

A perspectiva da primeira pessoa conduz ao ceticismo acerca do mundo material. A existência de outras mentes torna-se mais um problema, uma vez que mesmo que possamos acreditar em nossos sentidos acerca da existência de um outro corpo em um dado caso, o fato de que o mental seja tomado como radicalmente privado, só contingentemente expresso em comportamento, e cognoscível apenas para a mente a qual pertence, significa que nossa crença que outro corpo é habitado por uma mente é uma inferência a mais (Como Descartes coloca, o que nós tomamos como uma outra pessoa poderia ser um autômato.) (p.15).

A PERSPECTIVA DO INTÉRPRETE – Ao discutir a perspectiva do intérprete, em contraposição à da autoridade da primeira pessoa, Cavell apresenta sua proposta que denomina de *externalista*. Deste ponto de vista, vê as atividades de pensar e falar como inter-relacionadas, sem um privilégio temporal. Na medida em que a linguagem é uma atividade pública, argumenta a autora, fundada num mundo compartilhado, assim são também os pensamentos que expressa. Desta forma constitui-se a perspectiva do intérprete, ou, da terceira pessoa, em oposição às concepções subjetivistas que procuram dar um caráter privado a crenças e desejos. Curiosamente, tal posição *anti-subjetivista*, contrária, poderíamos dizer, a uma tradição psicanalítica, encontra respaldo no desenvolvimento da teoria psicanalítica, como já mencionamos (através da teoria de relações de objeto), assim como fornece um instrumental muito valioso para a superação de impasses peculiares à epistemologia da psicanálise.

Cavell parte das contribuições de Wittgenstein, através da nova aproximação que este autor faz do problema do significado na segunda fase de sua obra, onde a noção pragmática de significado, o papel dos “jogos de

---

<sup>43</sup> Para uma discussão mais ampla do ceticismo em Descartes, sugerimos o livro de Richard Popkin: *História do Ceticismo, de Erasmo a Spinoza* (Rio. Francisco Alves, 2000) e, em especial, o capítulo “Descartes: Sceptique Malgré Lui”.

linguagem” e a crítica à linguagem privada vão fornecer os pilares de uma nova abordagem epistemológica das ciências. A autora resume, com felicidade, o contraste entre a tradição do privilégio da primeira pessoa e a nova perspectiva, no seguinte texto:

Descartes e a tradição filosófica mantinham que o discurso público se seguia ao privado; as palavras configuram, mas de forma alguma permitem criar as idéias que elas comunicam. O movimento revolucionário de Wittgenstein consistiu em minar a noção que podemos divorciar o privado do público desta forma. Em suas passagens acerca do pensamento como o discurso silencioso ele adverte contra a idéia que a linguagem é um véu lançado sobre os pensamentos que simultaneamente esconde e parcialmente os revela ... Levanta, pelo contrário, que o discurso silencioso é um derivativo do discurso ouvido. Assim como aprendemos a calcular de cabeça através de calcular no papel, assim aprendemos como individualizar algo em nossas mentes, como pensá-lo como uma face, uma farsa, uma sedução, como contar e ouvir coisas (p.24).

Lembra Agostinho como um dos precursores da primazia da primeira pessoa, do pensamento privado:

Agostinho escreveu:

‘Pouco a pouco eu comecei a me dar conta onde eu estava e que desejava tornar conhecidos meus desejos aos outros, que poderiam satisfazê-los. Mas isto eu não podia fazer, porque meus desejos estavam dentro de mim, enquanto as outras pessoas estavam fora e elas não tinham a faculdade de penetrar em minha mente. Assim, eu mexia meus braços e pernas e fazia ruídos, na esperança de que tais sinais que podia fazer mostrassem meu intuito, ainda que fossem muito diferentes do que eles tencionavam mimetizar.’

Primeiro há um pensamento privado – incluindo querer e desejar – Agostinho supõe; depois um ajuste do pensado com o discurso público. Este é um quadro, observemos, que somente uma criatura que possa tanto pensar e falar poderia apresentar. Neste quadro Wittgenstein traça a direção em outro sentido: primeiro há a introdução da criança numa forma de vida, que ao mesmo tempo é seu aprendizado de uma linguagem, e com esta introdução uma entrada no pensamento. Uma linguagem de símbolos que é usada para o pensar deve ser necessária também para ser uma linguagem usada para comunicar. No tocante à referência, ela é socialmente fixada, não determinada por entidades privadas em mentes/cérebros individuais (p.24-25).

Estendemo-nos nesta citação, pois, resume pontos que serão importantes ao discutirmos as implicações da proposta de Cavell, na seção seguinte deste capítulo.

Além de Wittgenstein, a autora utiliza para sua análise do empreendimento psicanalítico as contribuições de Quine e de Davidson para a filosofia da linguagem e a teoria da ação. Esposa a teoria holística do significado de Quine, com as modificações trazidas por Davidson, ou seja: a

passagem da *tradução radical* (Quine) à *interpretação radical* (Davidson).<sup>44</sup> A importância desta passagem se revela pelas implicações que terá em sua compreensão da teoria psicanalítica. Pois, não se trata apenas de compreendermos o discurso do outro (Quine) mas como nossos discursos falam do mundo (Davidson):

Onde Quine construiu um modelo de tradução que nos diria como traduzir sentenças do discurso do outro para o nosso, o modelo de Davidson focaliza mais explicitamente o que é entender pensamentos do outro, daí o movimento da ‘tradução radical’ para a ‘interpretação radical’. Quine me diz como conectar pronunciamentos de outra pessoa com os meus, Davidson me diz como conectar aqueles pronunciamentos com o mundo. É uma teoria voltada para a fundamental questão da semântica, ou seja, como as palavras se relacionam com as coisas. A estratégia de Davidson também é a de indagar como um interprete sem o auxílio de dicionários e manuais de tradução poderia empreender a tentativa de compreender outra criatura ou comunidade. ‘Como o filósofo tradicional que aspira uma resposta ao céptico’, escreve Rorty, Davidson ‘aspira colocar-nos fora de nosso jogo de linguagem e vê-lo a uma distância’, não, contudo, pelo movimento em direção a algum ponto de vista fora de todos os jogos de linguagem (digamos, imaginando algum conhecedor perfeito e assemelhado a Deus), mas ‘a partir do ponto de vista mundano do campo lingüístico, procurando dar sentido ao nosso comportamento lingüístico’ (1985:339) (p.28).

A solução de Davidson supõe como condição para a interpretação que intérprete e falante considerem como verdadeiras um conjunto de crenças em comum. Somente a partir deste pano de fundo comum é possível a diferença, ou, divergências. Cavell chama a atenção que para a prática psicanalítica, tal concepção é útil uma vez que esclarece o papel de um dos pilares da terapêutica psicanalítica mais criticado: o método da “associação livre”. Comenta a respeito: “O que um analista supõe quando ele usa a associação livre como guia para a interpretação?” (p.32) Responde que além da “regra” de não censurar qualquer de seus pensamentos, permitindo o surgimento daqueles inconscientes e reprimidos, supõe também que estaríamos então em condições de compreender o significado do discurso do paciente, descobrindo

---

<sup>44</sup> A autora se refere à discussão introduzida por Quine quanto à impossibilidade de construirmos um único e preciso manual de tradução – entre a nossa língua e outra então inteiramente desconhecida – obtido a partir de dados observacionais, empíricos. Haveria sempre uma indeterminação da *tradução*. A construção de qualquer manual teria também um caráter holístico, isto é, teria necessariamente de levar em consideração o conjunto de crenças daquela comunidade lingüística para qualquer tentativa de dar um significado aos pronunciamentos observados. No curso desta discussão, Davidson levanta questão análoga porém referindo-se a falantes de uma mesma língua: como poderíamos determinar uma interpretação? Conclui no mesmo sentido que Quine pela indeterminação da *interpretação*.

a conexão entre suas sentenças e pensamentos com outros, iluminando assim uma rede mais ampla na qual eles estariam inseridos. A autora se refere à necessidade que temos de utilizar o *princípio da boa-vontade* (“*principle of charity*”)<sup>45</sup> para dar sentido ao discurso. Tal posição tem conseqüências várias, desde uma fundamentação lógica para o exame daqueles discursos que são, *prima facie*, incompreensíveis, como é o caso dos delírios ou outras manifestações menos dramáticas de irracionalidade, passando pela discussão de noções como a de incomensurabilidade (esposadas em filosofia da ciência, em particular, por Kuhn e Feyerabend), até a própria discussão de nossos padrões de racionalidade que devem sempre acompanhar a identificação de *irracionalidades*. Voltaremos a este ponto quando discutirmos a proposta de Cavell para a questão da irracionalidade sob o ponto de vista psicanalítico.

Cavell sublinha duas importantes conseqüências da aceitação da proposta de Davidson, para o exame da prática psicanalítica. A primeira seria uma concepção de empatia que, diferindo da tradicional (psicológica, de natureza intuitiva), seria baseada na descoberta e ampliação da base comum com que partilhamos crenças e desejos, o que torna razoável o comportamento do outro. Em segundo lugar, registra uma conexão entre duas tradicionais noções de verdade: a coerentista e a correspondentista, opções que têm implicações nas estruturação de correntes psicanalíticas (Hanly, 1995)<sup>46</sup>. Considera que o dilema entre as duas noções é um falso dilema, fruto de uma concepção internalista de significado, a qual dissociaria significado de conhecimento. Ao discutir esta interação – conhecimento e significado – introduz a questão da intersubjetividade:

---

<sup>45</sup> Tal princípio, utilizado por Quine e Davidson, é expresso pela autora nos seguintes termos: “Para que alguém nos faça sentido devemos exercer um princípio de caridade que atribua àquela pessoa normas racionais, normas como: acreditar somente nas proposições que julgue verdadeiras; não acreditar em proposições contraditórias; tirar inferências indutivas na base de toda a evidência relevante; não agir de modo contrário ao seu melhor julgamento. Estas não seriam normas que as pessoas conscientemente sustentem, mas estão implícitas em seu pensamento e comportamento ... O princípio especifica algumas condições necessárias para que o comportamento de uma outra pessoa faça sentido, condições que são constitutivas dos conceitos de crença, desejo e ação.” (p.32)

<sup>46</sup> O psicanalista e filósofo Charles Hanly procurou estabelecer uma relação entre as diversas correntes psicanalíticas e suas respectivas posições no que diz respeito à noção de verdade. Aquelas que supõem a verdade como “correspondência entre um objeto e sua descrição” (as correspondentistas e, conseqüentemente realistas, admitindo um mundo externo independente de nossas consciências) e as que supõem que a verdade seja uma noção própria a um determinado sistema de crenças, portanto, “a teoria da coerência é compatível com a concepção de que há mais de uma descrição verdadeira do mundo” (ver: Hanly, 1995:17-40).

Se dizemos, ‘eu e a coisa em si mesma’, então a coisa está à mercê de meu capricho. Nada me dá a idéia dela como um *objeto* que pode ser visto de diferentes perspectivas e que eu possa estar certo ou errado. Nada exceto alguém é necessário para dar conteúdo a esta idéia (cita Davidson):

‘Ter o conceito de uma mesa ou um sino é reconhecer a existência de um triângulo, um vértice do qual é a própria pessoa, outro uma criatura similar a ela, e o terceiro um objeto (mesa ou sino) localizado em um espaço assim constituído em comum. A única forma de conhecer que o segundo vértice – a segunda criatura ou pessoa – está reagindo ao mesmo objeto como ela mesma, é saber que a outra pessoa tem o mesmo objeto em mente. Mas então a segunda pessoa deve também saber que a primeira pessoa constitui um vértice do mesmo triângulo, no qual um outro vértice a segunda pessoa ocupa.’ (Davidson, “Second Person”, inédito) (1996:38) .

A importância dessas observações de Cavell se evidenciará ao discutir o papel da interpretação na teoria psicanalítica, suas condições de validade, ou seja, a relação verdade e interpretação. É com este instrumental, que procuramos sumariar, que a autora vai examinar alguns dos temas fundamentais da psicanálise, como: o inconsciente, a pulsão<sup>47</sup>, a fantasia e os estados mentais da criança. Julgamos que o escrutínio dessas questões básicas, com esta nova aproximação, esclarece certos impasses filosóficos que as anteriores não davam conta, como é o caso da crítica de Adolf Grünbaum aos fundamentos da psicanálise.

### 3.2

#### Implicações e desdobramentos

Cavell se propõe a discutir três questões filosóficas que considera implícitas na sua abordagem da teoria psicanalítica, quais sejam:

- Em que sentido os pensamentos são “internos”?
- As condições de atribuição de conteúdo mental.
- Como pensar a base de onde o mental surge, ou, a relação entre mente e corpo.

---

<sup>47</sup> Termo atualmente adotado, em português, para a tradução do alemão “Trieb” usado por Freud e que recebeu a tradução inglesa de “instinct” que obscurece sua dimensão “mental”, o que será objeto de discussão na investigação de Cavell.

A autora parte da noção que Freud esposou de “realidade psíquica”, quando se viu decepcionado em sua tentativa de atribuir os sintomas neuróticos a reais experiências traumáticas anteriores. Em suma, ao abrir mão de sua *teoria da sedução*, passou a tomar o que antes seriam memórias por fantasias, histórias refletindo mais desejos “internos” do que eventos provenientes do mundo exterior. Tudo isto originou uma tradição, segundo a qual a interpretação psicanalítica estaria voltada para o desvelamento da “realidade psíquica”, a subjetividade como uma forma de um mundo interno, privado, *antecedendo* o conhecimento da realidade externa e, conseqüentemente, o privilégio de uma concepção internalista do significado. “A idéia de uma forma de pensar pré-lingüística, imagética, desempenha um papel central nas primeiras descrições de Freud da repressão (1915b)” (p.47)

Boa parte da argumentação de Cavell será uma crítica a tais concepções, assim como a apresentação de alternativas para os impasses a que aquele modelo conduzia a teoria psicanalítica. Tais impasses teriam sido afastados, a seu ver, através de uma crescente sofisticação da teoria psicanalítica, na obra de Freud, mas sem alterar uma visão prioritariamente subjetivista; por outro lado, tal desenvolvimento abria caminho para uma possível redução do mental, ou do inconsciente, ao biológico, Isto atenderia a uma preocupação de Freud de dar um estatuto científico à psicanálise. Nesta linha, por exemplo, estaria a afirmação de Freud de que “tudo o que é consciente tem um estágio preliminar inconsciente”, ou, “um instinto nunca pode tornar-se um objeto da consciência – somente a idéia (*Vorstellung*) que o representa”, ou ainda: “O que nós chamamos de apresentação consciente de um objeto pode ser dividida em apresentação da palavra e apresentação da coisa.” Neste último exemplo, a autora entende que Freud quer diferenciar uma apresentação consciente de uma apresentação inconsciente, sendo que a primeira consistiria tanto na apresentação da coisa como da palavra, enquanto a segunda somente a apresentação da coisa. Ressalta que *apresentação* nestas passagens é uma tradução de *Vorstellung*. Comenta Cavell:

Assim leio estas passagens como expressando uma visão internalista, segundo a qual o papel da linguagem é o de dar expressão a ‘idéias’ que são anteriores e logicamente independentes (em relação à linguagem), idéias que são inteiramente subjetivas e internas (p.47).

Apesar de todos esses esforços de formular uma teoria que viesse a reivindicar um estatuto científico para a psicanálise, as críticas se sucederam uma vez que *razões* têm um papel explanatório chave na teoria psicanalítica, enquanto a atividade científica requer causas e, tradicionalmente, razões não são causas. Cavell vai propor uma outra linha de superação das críticas à cientificidade da psicanálise, propondo que: “... ainda que *explanações por razões* são explanações causais, contudo nenhuma psicologia que trata estados mentais *como* mentais pode ser uma ciência no sentido que Freud reivindicava para a psicanálise” (p.57).

A linha argumentativa de Cavell seguirá a partir de uma teoria da ação. Utiliza o termo *ação* “em seu mais convencional uso filosófico, para especificar feitos que são intencionais” (nota 3.2, p.241). Lembra que qualquer teoria sobre a mente deve reconhecer o papel que tanto crenças como desejos desempenham nas descrições, quer do que observamos nas ações de outras pessoas quer em nossos relatos na primeira pessoa. Levanta o argumento de Wittgenstein de que crenças e desejos não se prestam a formulações em termos de leis. Cita Wittgenstein:

‘O determinismo se aplica à mente tão verdadeiramente como a coisas físicas’ (imagina alguém dizendo). Isto é obscuro porque quando pensamos em leis causais para coisas físicas, pensamos em *experimentos*. Não temos algo como isto em relação a sentimentos e motivação. E contudo os psicólogos desejam dizer: ‘*Deve* haver alguma lei’ – ainda que nenhuma lei tenha sido encontrada. (Freud: ‘Desejam dizer, senhores, que mudanças em fenômenos mentais são guiadas pelo acaso?’) Ao passo que para mim o fato de que realmente *não existam* tais leis parece importante (1967,p.42) (p.59).<sup>48</sup>

Desenvolvendo o ponto de vista de Wittgenstein, a autora sublinha que Wittgenstein julgava ser próprio de estados mentais como crenças e desejos que o agente seja capaz de admiti-los. Atribui ao fato de usarmos uma única palavra – “por que” – para investigar tanto causas como motivos a origem da confusão de que um motivo seria uma causa da qual estamos imediatamente cientes, uma causa vista e experimentada como se fosse “de dentro”. Freud, segundo aquele autor, teria sido uma das vítimas desta confusão.

A resposta de Cavell a este questionamento ocorrerá em dois momentos, uma vez que vê nesta crítica dois desafios para a psicanálise: um que diz

<sup>48</sup>Esta citação de Wittgenstein se encontra na edição brasileira, em EPR:75.

respeito à noção de razões inconscientes e outro, no qual vai deter-se, que é a idéia de que causas instanciam leis ao passo que o mesmo não ocorre com razões.

Primeiramente, diz que “afirmar que razões são a espécie de coisa que podemos reconhecer, em nada implica sobre quando, ou, em que condições.” Lembra que Freud admitia duas possibilidades de reconhecimento: uma meramente intelectual e outra baseada no alcance de uma crença inconsciente, um reconhecimento com tonalidade afetiva bem diversa da do anterior. Lembra Cioffi quando diz que o que Wittgenstein considerou a confusão de Freud, pode ter sido mais “um ‘faro gramatical’ do que uma ‘atrapalhada gramatical’” (p.60). Pois, razões podem ser ditas constituir causas precisamente quando o indivíduo ignora as razões para as suas ações, embora as reconheça em determinado momento.<sup>49</sup>

O segundo estágio de argumentação de Cavell mantém a distinção wittgensteiniana entre causas e razões – no que diz respeito a leis – mas por outros motivos. Ou seja, considera que “as ações são eventos que têm causas como qualquer outro evento, mas ao descrevermos um evento como uma ação, na qual motivos e razões desempenham um papel explanatório, localizamos o evento numa espécie particular de mapa” (p.61). Esta posição peculiar dos eventos mentais seria fundamental para a explanação psicanalítica, ao mesmo tempo que a afastaria das ciências “duras”. Cavell rebate quatro objeções usualmente levantadas contra a concepção de razões como causas de ações. Isto é: (1) Crenças e desejos não são eventos, mas estados ou disposições, e somente eventos podem causar eventos. Lembra que disposições – como a fragilidade de um cristal – entram normalmente nos relatos causais; (2) A causa de um evento deve ser logicamente independente de seu efeito. Recorda que *desejar* dobrar à direita e *dobrar* à direita são logicamente distintos. Descrever algo como uma *ação* implica em falarmos em intenções que visam certos efeitos; (3) Se as ações têm causas então somos vítimas sem recursos, sem necessidade de um agente. Replica: se tive que fazer o que fiz, depende da espécie de causas em jogo e não de que tenha, ou não, havido alguma; e,

---

<sup>49</sup> Cf. este comentário com outro análogo que Fernandes, S. faz a respeito do que é “natureza” no homem, aquilo que nos determina sem que nos demos conta, mas que pode perder este papel. Ver p. ...

finalmente, (4) As razões não somente explicam uma ação, elas também algumas vezes a justificam; e tal não ocorreria na física ou mesmo na biologia. A autora reconhece que esta é uma genuína diferença, mas que “... não questiona que razões não sejam causas, somente ... que elas são uma particular espécie de causas, isto é, uma espécie que algumas vezes justifica” (p.62). Este último ponto já indica a linha que a autora desenvolverá mais adiante: o caráter anômalo do mental, dentro da perspectiva do *monismo anômalo*, concepção desenvolvida por Donald Davidson, que Cavell sintetiza da seguinte forma:

O dualismo metafísico cartesiano está errado, pois a realidade é uma; contudo Mente e Corpo articulam um único e mesmo reino de processos e eventos materiais em diferentes e irreduzíveis linguagens que podem nunca se harmonizarem, resultando que nenhum sistema de leis causais pode capturar estados psicológicos (p.73).

Cavell nos apresenta vários exemplos triviais em que ordinariamente usamos o termo razão como causa de nossas ações, embora em muitos casos, estas últimas possam ser fruto de causas fortuitas, podendo equivocarmo-nos acerca de nossas razões, ou, surpreendentemente agirmos contra nossas admitidas razões. Introduce, no correr de seus exemplos, a questão da “super-determinação” das ações que pedem, para sua compreensão, uma multiplicidade de combinações de crenças-desejos. Chama a atenção para o fato de que o conceito psicanalítico de “racionalização” – atribuição pelo agente de “falsas razões” para a sua ação – se justifica quando as razões falham em cobrir os dois critérios para a “explicação por razões” que propõe:

Uma explicação por razões explica uma ação de duas formas, ambas necessárias para a explicação ser válida. Primeiro, ela ‘racionaliza’ uma ação ao mostrar como, dado um certo desejo ou objetivo do agente, e certas crenças (geralmente implícitas) acerca de como tal objetivo pode ser alcançado, a ação em questão ‘faz sentido’ ou foi racional à luz daquelas crenças e desejos, mesmo que ela tenha sido irracional à luz de outras. ... Segundo, as crenças e desejos que explicam a ação devem de fato estar entre aquelas que movem o agente para a ação; em sua ausência ele não teria agido. É este segundo aspecto que nos faz dizer que as razões que explicam um ato devem também tê-lo causado (p.63).

A autora acrescenta à sua argumentação as características lógicas das descrições de eventos mentais, que pedem sentenças contendo predicados mentais que não permitem substituição por termos co-referentes. Sua

exposição é baseada nas contribuições de Chisholm ao discutir a noção de intencionalidade reintroduzida por Brentano<sup>50</sup> no debate filosófico, no contexto da discussão do estatuto das ciências humanas.

As principais implicações da aproximação de Cavell à teoria psicanalítica, referem-se à questão da aquisição da linguagem e todo um vasto trabalho existente acerca de observações de bebês e teorias a respeito dos primórdios da vida mental; e ao problema da irracionalidade. Estes dois tópicos recebem um tratamento extensivo, sendo-lhes dedicadas duas partes do livro, onde mais especificamente serão discutidos os fundamentos da clínica e teoria psicanalíticas. Dados os propósitos desta seção, apresentaremos de uma forma extremamente sucinta a abordagem e propostas de elucidação destes dois temas – aquisição da linguagem e irracionalidade – feitas pela autora, uma vez que sua linha argumentativa exige um acompanhamento passo a passo dado o grande número de questões que procura responder. No **Capítulo 5**, ao estudarmos o *Caso Schreber*, discutiremos estas noções a partir de uma situação clínica.

### 3.2.1

#### A aquisição de linguagem

É uma questão freqüente nas discussões psicanalíticas as diversas conjecturas quanto à vida emocional dos bebês, principalmente quando remontamos a este estágio de desenvolvimento as fontes de compreensão da vida adulta, quer em seus aspectos normais ou patológicos. As inúmeras questões que se colocam podem ser referidas à indagação central quanto à origem da subjetividade, do self, independente das diversas definições que se tenha sobre tais conceitos. Em outros termos: o que seria *ser um bebê*? Seria algo tão incompreensível como *ser um morcego*? Haveria *intencionalidade* nos diversos comportamentos dos bebês? Ou ainda: haveria algum *significado a ser descoberto* nas manifestações do bebê, ou, o *significado seria construído* através da relação do bebê com a mãe ou quem o atende?

---

<sup>50</sup> É conhecida a influencia em Freud da concepção de Brentano, cujas conferências assistiu, em Viena.

Desde o ponto de vista que Cavell sustenta, ou seja, que a subjetividade é algo que uma criatura alcança, pelo menos na forma de estados mentais interpretáveis, a autora procura dar conta das questões mencionadas partindo de outra indagação: como descrever *o que ocorre antes (de uma auto-consciência)*? Sua estratégia recorre a uma citação de Wittgenstein: “a luz surge gradualmente sobre o todo”. Assim, na medida em que liga pensamento e linguagem considera que o aprendizado da linguagem é um meio observável para investigarmos o surgimento do pensar.

Tanto a reflexão filosófica como a observação de bebês nos dizem que muito antes que um bebê possa realmente falar ele aprende uma grande quantidade de coisas que o prepara para a linguagem, e muito deste aprendizado é de uma natureza especificamente interpessoal. Esta é uma das implicações da idéia de Wittgenstein que aprender uma linguagem é aprender uma forma de vida, o que eu leio como dizendo que muito acerca das maneiras de uma comunidade deva já ser partilhado antes que se possa interpretar os outros e ser por eles interpretados; e são estas maneiras partilhadas que não podem elas mesmas ser colocadas em palavras, ainda que nada pudesse ser dito sem elas (p.130).

Cavell ao desenvolver suas conjecturas sobre os primórdios da linguagem cita a famosa passagem de Winnicott quando este chama a atenção para um fato aparentemente trivial: a fisionomia da mãe como o espelho do bebê. Um espelho peculiar que Cavell vê como constitutivo da subjetividade do bebê, nascida desta inter-relação.

A autora procura nesta longa e detalhada discussão dialogar com outras concepções, como as sugeridas por Stern, Lacan, e Derrida. Com todos estes interlocutores questionará a suposição de “algo atrás do véu da linguagem”. Ao discutir as vicissitudes da constituição de um self, introduz o clássico trabalho de Ferenczi: “A Confusão de Línguas entre o Adulto e a Criança (A Linguagem da Ternura e a da Paixão)”, para sustentar a usual concepção que radica, sob o ponto de vista psicanalítico, em períodos pré-verbais as origens de distúrbios que mais tarde serão vistos como próprios da esquizofrenia. Contudo, realça o papel de uma linguagem entre o adulto e a criança que está na base da construção mais ou menos distorcida da realidade, ou seja, está na base da construção de um peculiar sistema de crenças. Importante frisar que a autora não confunde o pré-verbal com o pré-lingüístico, fonte de freqüentes mal-entendidos quanto às origens da linguagem e da irracionalidade. Faz

assim a transição para o segundo tópico que seleciona como fundamental para a teoria psicanalítica: o tema da irracionalidade.

### 3.2.2

#### A irracionalidade

Cavell aproxima-se da discussão da irracionalidade sob o ponto de vista psicanalítico, fazendo uma radical crítica à noção de processo primário, isto é: à suposição de uma atividade mental inconsciente, tolerante a contradições, regida por leis próprias de funcionamento – como os fenômenos de condensação<sup>51</sup> e deslocamento<sup>52</sup> – temporalmente primária e com livre trânsito de energia.

Como descrito no capítulo VII da *Interpretação dos Sonhos*, a satisfação alucinatória do desejo é o melhor modelo de funcionamento do processo primário, a maneira pela qual o organismo regride, assim Freud pensa, nos sonhos, na neurose, na fantasia inconsciente. Como um estado quasi-psicológico, o desejo nasce quando o bebê experimenta uma necessidade e através da lembrança de uma experiência de satisfação, ‘alucina’ o objeto pelo qual anseia. Freud pretende com este modelo exemplificar um arco reflexo, um condicionamento que não requer para sua explicação qualquer aquisição conceitual do processo secundário de pensar. ... Minha tese era (a autora lembra os capítulos iniciais do livro) a seguinte: uma criatura que pode representar para si, através de uma via ‘alucinatória’, o objeto pelo qual anseia, é uma criatura capaz de fazer julgamentos acerca da realidade, quer exerça ou não esta capacidade plenamente em uma dada situação de desejo (p.166).

Cavell vai considerar, além de equivocada, como dispensável a noção de processo primário para a compreensão psicanalítica de uma série de fenômenos que a psicanálise investiga: sonhos, sintomas neuróticos, comportamentos e pensamentos irracionais. A noção que vai sugerir como uma aproximação que considera mais fecunda da irracionalidade será a de divisão do self. Assim, aponta para uma questão de comum interesse para filósofos e psicanalistas: um ato ou crença que é “internamente” irracional, ou

<sup>51</sup> “Um dos modos essenciais do funcionamento dos processos inconscientes: uma representação única representa por si só várias cadeias associativas, em cuja intersecção se encontra. Do ponto de vista econômico, é então investida das energias que, ligadas a estas diferentes cadeias, se adicionam nela.” (Laplanche e Pontalis, 1970, 129)

<sup>52</sup> “Facto de a acentuação, o interesse, a intensidade de uma representação ser susceptível de se soltar dela para passar a outras representações originariamente pouco intensas, ligadas à primeira por uma cadeia associativa.” (Ibidem, 1970, 162)

seja, “se ele é inconsistente ou indesejável nos próprios termos do agente, por critérios ou à luz de fato que ele ou ela implicitamente reconhecem” (p.193). Dá como exemplo a crença do “homem dos ratos” de que suas saídas noturnas seriam vigiadas por seu pai ao mesmo tempo que ele mesmo sabia que seu pai estava morto. Contrasta esta situação de “irracionalidade interna” com outras como a suposição, por bizarra que seja, de que o mundo foi formado por vermes e queijo, mas que faz sentido no contexto de quem abriga este tipo de crença.

O desenvolvimento das considerações de Cavell sobre a questão da irracionalidade procuram ser coerentes com os fundamentos de sua avaliação filosófica da psicanálise. Em consequência, o que procura manter é a noção de um holismo mental: que crenças e desejos estão interconectados fazendo parte de uma rede de racionalidade. Neste sentido diverge de Freud, pois, ao invés de atribuir os fundamentos da irracionalidade a impulsos pré-racionais (*sic*), propõe que a irracionalidade surge de fissuras em uma ampla base racional. Cavell vai desenvolver sua compreensão da irracionalidade, fundamentalmente, a partir da noção de divisão do self. Voltaremos a este ponto com mais vagar em nossa avaliação de sua proposta.

### 3.3

#### **As conclusões de Cavell: genealogia da moral, da mente e do self**

Cavell reserva para suas conclusões o tema da “valoração e o self”. Considera questões inseparáveis uma vez que o processo de valorar faria parte da própria constituição de um self. Esta posição, coerente com a concepção holística do mental que como já vimos acompanha toda a exposição de Cavell, é defendida a partir de uma aproximação que assinala entre a *Genealogia da Moral* (Nietzsche) e o *Mal-Estar na Civilização* (Freud). Ambos os autores partilham da visão do “sentido moral como a tensa resolução da dialética entre impotência e poder, amor e ódio”. Pensa que a solução freudiana da constituição de um super-ego impregnado da pulsão de morte reprimida não dá conta de uma filosofia moral; embora esclarecedor de várias experiências de culpa, mostra-se insuficiente para um projeto mais amplo. “A filosofia

moral precisa compreender como o sentido moral se estende não somente aqueles que conhecemos e amamos, mas também aqueles que não conhecemos nem amamos e mesmo temos razões para temer e odiar.” (p.219) Cavell assinala que este é o paradoxo que *Mal-Estar na Civilização* coloca, não esclarecido quer pela noção de “complexo de Édipo” (não explicaria a extensão a outros da inibição interna da agressão ao pai) nem pelo apelo à última teoria dos instintos (oposição entre Eros e Tânatos), pois: “mesmo que a teoria fosse plausível, não daria qualquer peso ao papel da culpa *psicológica* que Freud oferece, um papel que ele obviamente deseja estabelecer em seus próprios fundamentos (psicológicos)”.

Cavell vê duas linhas de pensamento em Freud:

1 – Uma que tende a reduzir a mente ao corpo, valores a mecanismos, todos os interesses ao auto-interesse. Nesta linha de pensamento a subjetividade seria anterior à objetividade, o self teoricamente isolável do mundo externo e de outros selves. É a linha que conduz Freud a tomar a moralidade como o nome de fantasia do auto-interesse.

2 – Outra linha de pensamento freudiano tomaria a mente como uma categoria irreduzível explicativamente; vê a conexão entre mentes não como uma imposição vinda de fora mas como constitutiva do mental. O julgamento moral não é mais estranho ao ego ou ao self do que a crença. E tanto como a crença a moralidade pressupõe um self dividido. Importante consequência desta linha de pensamento seria tomar a relação da criança com os outros como desempenhando um papel tal que lhe permite imaginar o mundo do ponto de vista do outro e cuidar deste como é pelo mesmo cuidado. Neste caso, o caráter do amor – nas situações de melhor desenvolvimento – repousaria numa identificação “com os valores e interesses de um outro”, permitindo o compartilhar de uma comunidade de interesses, metas, valores e princípios.

Ao esposar esta segunda linha de pensamento de sua leitura de Freud, a autora vai sugerir que revisitemos uma genealogia da moral, agora em concomitância com a do mental e a do self. Para realizar tal empreendimento expõe sua leitura da triangulação edípica articulando-a com um concomitante processo de individuação, uma vez que o reconhecimento da situação edípica implica para a criança numa percepção distinta de seus três componentes.

Cavell lembra ainda dois momentos da obra de Freud – *Os Dois Princípios do Funcionamento Mental* (Freud,1911) e *Luto e Melancolia* (Freud,1917[1915]) – em que a questão da intersubjetividade desempenha a seu ver um papel decisivo para a compreensão do surgimento e estruturação do self. Dos *Dois Princípios* realça a ausência da mãe como fator propulsor da introdução do Princípio de Realidade, dada a impossibilidade da satisfação solitária do bebê sob a dominância exclusiva do Princípio do Prazer. A partir deste ponto vai defender o caráter essencialmente intersubjetivo do desenvolvimento do pensar assim como sua imbricação com as emoções do contexto que o envolve. De *Luto e Melancolia*, retira conjecturas análogas às de Melanie Klein, considerando residir na relação do bebê com o objeto perdido – reconhecido como um outro ausente – a origem da culpa e da gratidão, fruto do reconhecimento que o objeto uma vez odiado seria o mesmo que o gratificava.

Sob meu ponto de vista e da maioria dos psicanalistas, gratidão e luto pressupõem um grau de desenvolvimento cognitivo que um bebê muito pequeno não possui. Mas podemos deixar de lado a questão de quando este desenvolvimento ocorre e focalizar a tese muito instigante de Melanie Klein que a gratidão e o luto são emoções que registram cruciais momentos de desenvolvimento. A tese não é somente psicológica mas filosófica, implicando que certas emoções morais desempenham um papel constitutivo do self humano (p.227).

### 3.4

#### **A proposta de Cavell: originalidade e perspectivas**

A apresentação da obra de Marcia Cavell, num trabalho como este, nos desperta necessariamente um sentimento de frustração e de injustiça com a autora, embora tenhamos procurado ater-nos exclusivamente a seu texto e manter a fidedignidade possível. Tais sentimentos se explicam pelo fato da autora apresentar uma argumentação que se desdobra no decorrer de toda a sua obra, o que torna qualquer tentativa de resumi-la muito precária. Como solução alternativa, procuramos destacar e examinar as linhas básicas de sua proposta de avaliação da teoria psicanalítica. Da mesma forma listaremos também os pontos que nos pareceram mais relevantes e propícios a

desdobramentos, quer do vértice filosófico do qual a autora parte, quer de sua compreensão da teoria psicanalítica:

A CENTRALIDADE DA QUESTÃO DO SIGNIFICADO. O privilégio que Cavell dá à noção de significado como o ponto de partida de sua avaliação, evita a complexidade muitas vezes excessiva que adquiriu a discussão da teoria psicanalítica, uma vez que concentra neste ponto a peculiar contribuição do pensamento freudiano, evitando a polêmica sobre *novas entidades* trazidas pela psicanálise. Referimo-nos a noções como *inconsciente dinâmico* e *pulsões*, noções que tomadas como ponto de partida, freqüentemente, obscureceram o debate filosófico sobre a teoria psicanalítica. Por outro lado, uma noção como *significado*, por mais controversa que seja, não pode ser facilmente descartada, por já ter sido incorporada ao temário filosófico contemporâneo, tornando-se um terreno comum para o diálogo entre psicanalistas e filósofos.

A avaliação de Cavell pode ser vista como um perfeito contraponto, na literatura filosófica norte-americana, a de Adolf Grünbaum. Ambas são minuciosas, atentas aos textos e preocupações epistemológicas de Freud, apresentam um instrumental bem definido – Grünbaum a noção de refutabilidade como critério de *cientificidade*; Cavell os recursos da análise através moderna filosofia da linguagem, preocupando-se mais com a noção de *racionalidade* – e alcançam resultados opostos. O pessimismo de Grünbaum quanto ao futuro do empreendimento psicanalítico se contrapõe ao franco entusiasmo de Cavell quanto às possibilidades da psicanálise contribuir para a investigação e terapêutica de um amplo campo de manifestações mentais que abarca desde atitudes ou condutas desviantes – consideradas *irracionais* - até aquelas configurações usualmente descritas como entidades clínicas (neuroses e psicoses). Em nosso entendimento, a avaliação de Cavell supera os inúmeros obstáculos que a tradicional epistemologia anglo-saxã se defronta quando lida com as ciências humanas e, em particular, com a psicanálise. Em ocasião anterior discutimos detalhadamente tais impasses.<sup>53</sup> Gostaríamos de lembrar dois pontos que prejudicaram o exame de Grünbaum da teoria psicanalítica. Em primeiro lugar, assinalaríamos o emprego da noção de refutabilidade em

---

<sup>53</sup> Ver Marinho, N. (2001)

sua forma dogmática ou ingênua, utilizando a terminologia de Lakatos, ou seja: a idéia de que a refutação de uma teoria componente seria condição suficiente para invalidar todo o conjunto do empreendimento científico. Acrescentaríamos também a recusa em admitir explicações ou teorias *ad hoc* – amplamente empregadas em qualquer projeto científico – considerando-as como artifício para imunizar a teoria quanto a qualquer prova refutadora. Ilustramos este ponto com a formulação de Freud de um “sentimento inconsciente de culpa” como elemento esclarecedor das “reações terapêuticas negativas”, ou seja: quando os procedimentos psicanalíticos empregados corretamente não encontravam a resposta clínica esperada e, pelo contrário, muitas vezes um agravamento do quadro. Tomamos este exemplo exatamente por representar a nosso ver um caso das vantagens e conveniências de teorias *ad hoc* que longe de comprometer o núcleo central da teoria psicanalítica podem permitir o seu desenvolvimento, como o estudo da nova hipótese – a existência de um “sentimento inconsciente de culpa”<sup>54</sup> – se mostrou no desenvolvimento do pensamento psicanalítico. Importante registrar que o núcleo central – *núcleo duro* – de uma teoria não é necessariamente explicitado e, a nosso ver, talvez nunca possa ser caracterizado. Embora no contexto desta tese não caiba a discussão mais aprofundada deste ponto – sob o vértice psicanalítico – o que nos levaria longe demais, desejaríamos apontar para um *problema* que a avaliação de Cavell apresenta e que diz respeito ao que estamos discutindo. Referimo-nos à sua recusa em aceitar a noção de Freud de processo primário. Muitos analistas poderiam considerar que tal noção faça parte do *núcleo duro* da teoria psicanalítica. Em conseqüência, tal recusa implicaria na desaprovação de todo o arcabouço teórico da psicanálise. Contudo, pensamos que qualquer profissional da psicanálise reconhecerá nas formulações de Cavell que sua abordagem pode ser, legitimamente, considerada psicanalítica. Em que pese possíveis discordâncias não é exagero dizer que a substituição que faz de processo primário pelo emprego da noção

---

<sup>54</sup> O ponto de vista aqui defendido vem ao encontro de observações assinaladas por Lakatos, para as teorias de um modo geral, e exemplificadas por Klimovsky, no caso específico da psicanálise, ao mesmo tempo, que é rejeitado por Grünbaum que, esposando um ponto de vista antagônico, vai questionar a cientificidade da psicanálise pelo uso de teorias desta natureza. A abordagem de Cavell nos poupa deste tipo de discussão que embora possa ser útil e ilustrativo dos problemas epistemológicos que a psicanálise levanta, tornou-se muitas vezes um estéril obstáculo para o diálogo da psicanálise com a filosofia da ciência. Nesta linha vemos a obra de Cavell como um salutar contraponto à avaliação de Grünbaum da teoria psicanalítica.

de divisão do self não distancia sua compreensão da prática psicanalítica de outras mais usuais. Oferece um novo vértice. Deixamos esta questão em aberto para o julgamento do leitor. O segundo ponto em que consideramos que Cavell supera impasses encontrados por Grünbaum consiste em sua adequada avaliação das importantes implicações filosóficas trazidas pela teoria de relações de objeto. Grünbaum afirma textualmente, como já vimos no capítulo anterior, não observar qualquer elemento indicativo de uma revisão epistemológica da teoria psicanalítica com tais desenvolvimentos.<sup>55</sup> Em contrapartida, Cavell soube avaliar as grandes repercussões que estes desenvolvimentos trouxeram. Acerca deste ponto temos que nos deter.

A ADOÇÃO DA “TEORIA DAS RELAÇÕES DE OBJETO” COMO PANO DE FUNDO DA DISCUSSÃO DA TEORIA PSICANALÍTICA. Esta posição é o que permite à autora superar impasses que outras abordagens oferecem como, por exemplo, quando se pretende discutir a teoria freudiana a partir de noções como inconsciente ou pulsão. Embora a teoria das relações de objeto não prescindia daquelas noções, questões básicas – tanto para a psicanálise como para o debate filosófico – como: a constituição de um self, identidade e identificação, ou, a reflexão sobre a racionalidade, tornam-se mais transparentes e acessíveis para a discussão entre filósofos e psicanalistas. Esclarecemos:

Diversas correntes psicanalíticas – principalmente aquelas oriundas da chamada “escola inglesa” (Fairbain, Melanie Klein, Winnicott, Bion, entre outros) – apresentam como modelo para a compreensão das origens da vida mental, a relação mãe-bebê e a aquisição da linguagem. Neste sentido, entendemos que haveria um consenso quanto ao necessário papel das relações na constituição de uma subjetividade. Como registramos na **Introdução**, isto coincidiria com o pressuposto papel da linguagem como constitutivo do sujeito. Julgamos que este ponto escapou na avaliação de Grünbaum, uma vez que a tradição filosófica a que se filia relega o papel da linguagem a um plano secundário, para compreender o que na feliz comparação de Emília Steurman teria sido a “virada lingüística” da psicanálise (Steurman, 2003:83). A expressão é feliz, pois, realmente, a partir da teoria de relações de objeto a

---

<sup>55</sup> Ver Grünbaum, A. (1983)

questão da linguagem e da intersubjetividade encontra um papel central na teoria psicanalítica. Importante registrar que escapou também aos psicanalistas a íntima correlação: teoria de relações de objeto/linguagem/intersubjetividade. É nesta linha de pensamento que se abre o entendimento da proposta terapêutica da clínica psicanalítica como a possibilidade de re-significação de um mundo, ou mesmo a criação de um mundo significativo, que não se desenvolveu, ou sofreu as vicissitudes que propiciaram uma “forma de vida” peculiar, insatisfatória, que não permitiria o convívio criativo, tal como ocorre com o que tradicionalmente se descreve sob este ou aquele diagnóstico. As perspectivas assim oferecidas para um aprofundamento do estudo das psicoses, aquisição da linguagem, psiquismo infantil são muito promissoras. Pretendemos ilustrar este ponto através de um estudo de caso, no **Capítulo 5**.

IRRACIONALIDADE E RACIONALIDADE COMO UM PAR CONJUGADO. Outro ponto ilustrativo da fertilidade da abordagem de Cavell consiste na possibilidade de uma aproximação da irracionalidade sempre em contraposição com os padrões de racionalidade aceitos. Assim, uma das mais importantes contribuições de Freud – a superação do fosso que tradicionalmente dividia o normal do patológico – fica preservada e com amplas possibilidades de desenvolvimento. Neste sentido é que vai tratar, como já foi mencionado, a questão da irracionalidade partindo da noção de “irracionalidade interna”.<sup>56</sup> Entretanto, apesar de desta noção surgir a partir da experiência clínica comum a qualquer psicanalista, sendo portanto facilmente reconhecida, não dá a mesma conta de uma ampla gama de manifestações de irracionalidade, especialmente, as mais graves como é o caso das psicoses. Julgamos que a autora, talvez por fazer uma leitura de Wittgenstein muito influenciada pelas contribuições de Donald Davidson, deixou de explorar de uma maneira mais profunda certas noções wittgensteinianas que lhe poderiam ser muito úteis para o exame da irracionalidade, sob o ponto de vista psicanalítico. Referimo-nos à noção de forma de vida (*Lebensform*) e de certeza (em *Da Certeza*).

---

<sup>56</sup> Uma interessante discussão sobre “irracionalismo interno”, a partir de uma leitura de Wittgenstein, podemos encontrar no trabalho de Bambrough: “Fools and Heretics” (Bambrough, R. 1991).

Na linha que propomos, compreender um sintoma, um delírio ou uma psicose, passa a ser o campo de investigação de uma “forma de vida”, ou seja, de uma linguagem que foi destruída, não foi construída ou revela restos – lembremo-nos da metáfora freudiana do arqueólogo – de relações perdidas. Estamos utilizando a expressão “forma de vida” segundo a noção esboçada por Wittgenstein que, embora seja compreendida das mais diversas maneiras por seus comentadores, está necessariamente imbricada na concepção de “jogos de linguagem”. “É fácil imaginar uma linguagem que consista apenas de comandos e informações durante uma batalha. – Ou uma linguagem que consista apenas de perguntas e expressões de afirmação e negação. E muitas outras. – E imaginar uma linguagem significa imaginar uma forma de vida.” (Wittgenstein, 1968, parag.19) Discutiremos no próximo capítulo o amplo leque de interpretações que tais afirmações de Wittgenstein propiciaram. Entretanto, podemos supor que entre elas comporta a utilização desta relação: linguagem/forma de vida, como instrumento para o exame de situações que cotidianamente ocorrem a qualquer profissional de psicanálise ou psiquiatria, que é o desafio de compreender uma forma de vida ou linguagem que *prima facie* soe como extravagante, bizarra ou incompreensível. São problemas que a vida nos coloca. E, lembremos que a atitude que tomarmos nestas situações, considerando-as como indicativas de um estado confusional, de um delírio, de uma idéia obsessiva, ou, de uma mera opinião divergente da nossa (por razões culturais, ideológicas ou outras) será decisiva para a continuação do diálogo, sua interrupção ou outras atitudes de maiores ou menores conseqüências. Lembremo-nos ainda que historicamente o grande impacto da teoria freudiana foi o de oferecer uma racionalidade (por exemplo: as primeiras descrições de casos de histeria) onde o que se recusava era dotar de qualquer significado aquele comportamento, linguagem ou forma de vida. “Quando se encontram dois princípios que não podem conciliar-se um com outro, os que defendem um declaram os outros loucos e heréticos” (Wittgenstein, 1990 parag.611).

Quando fizemos a restrição do alcance da noção de “irracionalismo interno”, desejamos frisar a distinção que separa neuroses e psicoses, “o Homem dos Ratos” e Schreber, embora como assinala Freud em ambas as entidades haja perda de contato com a realidade. (Freud, 1924). Voltaremos a estes pontos nos dois últimos capítulos desta tese.

Vemos como extremamente valiosa a contribuição de Cavell, ficando nossas restrições limitadas mais ao que não explorou, especialmente, no campo da literatura psicanalítica das psicoses e das contribuições de W.R.Bion, autor que menciona em sua bibliografia mas cujas contribuições não utiliza, o que poderia enriquecer sua proposta. Em conseqüência, vários desdobramentos da abordagem apresentada poderiam ser imaginados. Citaremos algumas das possibilidades que nos ocorrem, quer através da própria obra de Freud, quer pelas contribuições de Melanie Klein, além das de Bion. Sumariamente, a título de exemplo mencionaríamos:

EM FREUD. O necessário papel do grupo na formação da subjetividade. Temos em mente a menção que Freud faz, em *Psicologia das Massas e Análise do Ego*, do fato da psicologia grupal anteceder a individual. Freud conferia ao complexo de Édipo uma dimensão antropológica, configurador ao mesmo tempo do psiquismo humano. Desta forma estamos autorizados a pensar a intersubjetividade como um pressuposto do próprio indivíduo. Parafraseando Winnicott, diríamos que da mesma forma que não existe um bebê sem sua mãe, não existiria um indivíduo independente de um grupo e, conseqüentemente de sua comunidade lingüística. O estudo da psicologia grupal a partir das noções esboçadas por Freud, mais tarde desenvolvidas por uma vasta literatura sobre grupos, utilizando-se o instrumental que Cavell expõe, abre sem dúvida um campo tão promissor como o da investigação das relações mãe-bebê, do qual a autora se utiliza amplamente.

EM MELANIE KLEIN. Cavell trabalha, em suas conclusões, com algumas das idéias de Melanie Klein. Examina de forma criativa e competente, uma noção kleiniana básica: o sentimento de *gratidão*. Cavell observa que tal sentimento é essencialmente interpessoal: alguém sente gratidão em relação a algo que foi dado ou propiciado por um outro. Lembra a autora a estreita conexão que Melanie Klein faz entre *gratidão* e *luto*. É tradicionalmente reconhecida a origem da teoria das relações de objeto a partir do texto de Freud *Luto e Melancolia*, onde os estados melancólicos são compreendidos tomando como modelo a experiência *normal* do luto. Seriam experiências básicas que exigem um reconhecimento da realidade, portanto um componente cognitivo, e que só podem ser imaginadas numa relação

interpessoal.<sup>57</sup> Contudo, há muito a ser pesquisado, com o apoio das contribuições kleinianas, no que diz respeito, sobretudo, às sempre obscuras fontes de nossos sentimentos éticos. O recém traduzido texto de Maria Emília Steuermann – *Os Limites da Razão – Habermas, Lyotard, Melanie Klein e a Racionalidade* – é um excelente exemplo do amplo campo de investigação que as contribuições kleinianas, quando associadas à moderna filosofia da linguagem, podem trazer ao atual debate sobre a questão ética e a discussão da condição moderna e pós-moderna. No último capítulo desta tese procuraremos de alguma forma resgatar esta “virada ética” que é, como diz Steuermann (2003:19): “...uma continuação e não um rompimento com a virada lingüística inicial. De fato, o reconhecimento da intersubjetividade da razão leva a uma preocupação imediata com um comunidade intersubjetiva, sem a qual não poderia ser mantida qualquer idéia de verdade racional ou liberdade.”

EM BION. A obra de Bion, principalmente pelo fato de oferecer uma nova visão sobre o pensar, a racionalidade e a irracionalidade, se apresenta como outro campo de utilização da metodologia proposta por Cavell para um maior desenvolvimento das contribuições psicanalíticas. Infelizmente, a autora não o explorou, embora o cite em sua bibliografia e numa curta passagem. Pensamos, em particular, na discussão que Cavell levanta sobre a inevitável associação afeto/pensamento. Esta íntima relação poderia ser melhor esclarecida se examinada à luz da teoria dos vínculos de Bion, a qual leva sempre em consideração os fatores Amor, Ódio e Conhecimento – e suas respectivas distorções pela presença da pulsão de morte: -Amor, -Ódio e – Conhecimento - como constituintes do contexto em que o pensamento se dá. Talvez, este seja um tópico ainda virgem de investigação conjunta por parte de filósofos e psicanalistas. Recordemos que segundo a concepção pragmática de significado este seria sempre contextual, podendo evoluir, mudar, transformar-se segundo as circunstâncias em que ocorre a comunicação, a prática social que permite a sua apreensão e o êxito da linguagem. No entanto, no campo específico dos distúrbios mentais, embora não soe estranha a afirmação precedente para qualquer profissional desta área, falta um instrumental que nos permita esclarecer em que consistiria aquele determinado “contexto”. É

---

<sup>57</sup> Cavell desenvolve outro exame de um sentimento que é necessariamente interpessoal: o perdão, no artigo “Freedom and Forgiveness” (Int J Psychoanal 2003; 84:515-531).

neste sentido que pensamos que a proposta de Bion – ou qualquer outra que se apresente com o mesmo intuito – possa ser de grande valia para o discernimento de situações que fogem aos rótulos diagnósticos usuais, revelando suas insuficiências, e lança luz a fenômenos que antes ou seriam afastados como irracionais, incompreensíveis, pelos filósofos (Descartes é um dos exemplos),<sup>58</sup> ou, aprisionados em esquemas psiquiátricos tradicionais que não dão conta de sua sutileza e complexidade.<sup>59</sup>

A título de conclusão diríamos que o grande mérito do livro de Cavell é a originalidade de oferecer um novo instrumental que nos permite pensar a psicanálise e desenvolver suas inesgotáveis possibilidades de contribuir para a compreensão de questões muito atuais. Não consideramos fortuita a concomitância do que ficou conhecido como a “crise da psicanálise” com a “crise da modernidade”, o fracasso do projeto iluminista ao lado da persistência (e diríamos mesmo, exacerbação) dos problemas que o mesmo projeto evidenciou. Entretanto, o caráter instrumental da teoria psicanalítica, agora aliado às contribuições da moderna filosofia da linguagem, oferece novas esperanças não de uma solução – intuito historicamente falido por qualquer proposta – mas de uma elucidação, um “novo esclarecimento” capaz de permitir-nos continuar pensando, com mais humildade e mais perspicácia, as novas e velhas questões do homem – a sexualidade, a destrutividade, a razão ou a loucura – que parecem resistir a qualquer solução definitiva. Nos **Capítulos 5** e, principalmente, no **6** discutiremos a importância do uso de novas contribuições – como as de Cavell e Wittgenstein – para um desenvolvimento da dimensão de instrumento de crítica da cultura que sempre acompanhou o projeto psicanalítico.

Donald Levy conta-nos que certa vez Wittgenstein, em resposta a seu amigo Drury que se mostrava fortemente surpreso perante alguns sintomas de seus pacientes psiquiátricos, disse: “Você nunca deve deixar de ficar surpreso perante os sintomas que os pacientes apresentam. Se eu enlouquecesse a coisa que eu mais temeria seria sua atitude de senso-comum. Que você tomasse tudo como uma matéria evidente de que eu estaria sofrendo de delírios.” (Levy, D.

<sup>58</sup> Ver o “argumento da loucura” na Primeira Meditação (Descartes, 1973)

<sup>59</sup> Em dois textos procuramos expor, a título de uma espécie de exercício teórico-clínico, a utilização da teoria dos vínculos para a compreensão de casos limítrofes. Estudamos em particular os vínculos L (Amor) e -L (-Amor) e H (Ódio) e -H (-Ódio), ver Marinho, 1997 e Marinho, 2000.

1996, p.24). Pensamos que Marcia Cavell dá uma importante contribuição a todos os que mantêm a capacidade de espantar-se e continuar indagando e dialogando com a loucura, reconhecendo sempre o nosso solo comum.